



41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CNRH

Síntese dos Resultados



DATA: 16 de outubro de 2018.

HORÁRIO: 9h00 às 18h.

LOCAL: Auditório do subsolo da unidade do Ministério do Meio Ambiente localizada no SEPN 505, lote 2, Ed. Marie Prendi Cruz (acesso pela W2).

• NOVA ORDEM DO DIA

Item 1. Abertura e posse dos Conselheiros

O Ministro de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Sr. Edson Duarte, fez o pronunciamento de abertura dando boas-vindas aos conselheiros recém designados pela Portaria MMA n.376, de 26 de setembro de 2018, e dizendo da satisfação de estar presidindo a 41ª Reunião Extraordinária do CNRH. Em seu discurso, chamou a atenção para a importância da água em nossa sociedade, sua vinculação à rica biodiversidade brasileira, e sua alta importância para o aproveitamento do potencial agrícola e para todos processos produtivos. Disse que, apesar disso, não há no Brasil um debate amplo sobre os usos múltiplos da água e as crises hídricas. Ao contrário, o que se observa é o ataque ao sistema ambiental. Completou dizendo que, hoje, em tempos de eleição, os brasileiros têm a oportunidade de escolher os rumos que o País seguirá nos próximos anos. Na sequência, o Ministro Edson Duarte falou que o Brasil tem dado passos importantes na implementação da política de recursos hídricos, destacando os avanços na criação dos comitês de bacias hidrográficas e elaboração dos planos de bacia. Entretanto, enfatizou que há muito o que fazer para atingirmos os objetivos da lei das águas, reafirmando a importância do CNRH enquanto órgão de participação social, de cogestão da política de recursos hídricos.

Ao final de sua fala, o Ministro cumprimentou o professor Raymundo José Garrido (UFBA), a quem agradeceu pelo seu legado na formulação da política de recursos hídricos em seus primeiros anos de existência. Justificou a ausência do Secretário de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do MMA, motivada por doença; agradeceu o empenho dos servidores do MMA que mantém a agenda viva no governo apesar das difíceis condições de trabalho; e cumprimentou a Agência Nacional de Águas e demais órgãos presentes.

Nesse momento, Júlio Thadeu Kettelhut (MMA) iniciou a condução da reunião e passou a palavra ao professor Raymundo José Garrido que proferiu palestra sobre o CNRH.

Item 2. Palestra sobre o Conselho, como parte da comemoração dos 20 anos do Colegiado.

Em sua palestra, o professor Raymundo Garrido ressaltou a importância de se comemorar os 20 anos do Conselho, dizendo que muito foi realizado em todo este tempo. Em sua apresentação, falou de cada um dos instrumentos da política e recordou que todos eles foram regulamentados pelo CNRH. Garrido afirmou que o colegiado reúne representantes com grande experiência na área e que, por isso, deve sempre estar comprometido com os problemas estratégicos e conflitantes em recursos hídricos.



Apresentação de requerimento de urgência:

Após a apresentação do professor Garrido, a conselheira Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (Abragel) apresentou requerimento de urgência para “*aprovar errata que corrige a redação do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai*”, aprovado pela Resolução CNRH n. 196, de 08 de março de 2018. O pedido de requerimento de urgência foi colocado em votação e aprovado por maioria. Assim, o item foi incluído na nova ordem do dia (item 3).

Votos a favor: ampla maioria

Votos contra: 3

3. Aprovação da ata da 39ª Reunião Extraordinária do CNRH.

Aprovada por unanimidade sem alterações.

3.1 Requerimento de urgência para “aprovar errata que corrige a redação do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai”.

A conselheira Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (Abragel) apresentou os motivos para a apresentação do requerimento de urgência, assinado por 20 membros do CNRH. A conselheira informou que o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai apresenta um equívoco que precisa ser corrido por meio de uma errata. Segundo o pedido de requerimento, uma recomendação aprovada pelo GAP foi transformada em uma diretriz, conforme se transcreve:

“Conforme se verifica na publicação do referido Plano, foi caracterizada como uma diretriz estratégica o seguinte item:

*“Os pedidos de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) ou Outorgas para novos aproveitamentos hidrelétricos na RH-Paraguai **devem** aguardar os resultados desses estudos para a conclusão de suas análises, de forma a poder incorporar seus resultados. Assim que concluídos relatórios parciais para bacias específicas, seus resultados já devem ser incorporados aos pedidos de outorga e DRDH em análise”, (Sem grifo no original).*

*[...] em reunião ocorrida em 13 novembro de 2017 (14ª Reunião, linha 176/186 – doc. 02), reforçou-se que “a **recomendação** de restrição à outorga de novos empreendimentos hidrelétricos, já aprovada na 12ª Reunião não foi objeto de alteração”. Em outras palavras, após deliberar especificamente acerca do tema, o GAP aprovou mera **recomendação** de que a análise dos pedidos de DRDH e outorga de novos empreendimentos aguardasse a finalização dos estudos contratados pela ANA. No entanto, ao se examinar o texto final encaminhado ao CNRH, verificou-se que a **recomendação** foi transformada em **diretriz estratégica**.”*

O plenário aprovou, por maioria dos votos, o encaminhamento do tema à CTIL:

Votos a favor: ampla maioria

Votos contra: 3

Abstenções: 8

4. Deliberação sobre propostas de Resolução que:

4.1 Dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário da cobrança pelo uso de



recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul". Encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança-CTCOB.

Lívia Soalheiro e Romano (presidente da CTCOB) explanou sobre o processo de elaboração da proposta, reforçando que ela respeita a Resolução CNRH n 192, de 19 de dezembro de 2017 que dispõe sobre o procedimento para atualização dos preços públicos unitários cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União.

O plenário aprovou a Resolução, por maioria dos votos:

Votos a favor: ampla maioria

Votos contra: 3

Abstenções: 4

4.2 Aprova os mecanismos e os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Doce. Encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança-CTCOB.

Luciane Teixeira Martins (presidente do CBH-Doce) e Lívia Soalheiro e Romano (presidente da CTCOB) apresentaram como foi o processo de elaboração da proposta. Na oportunidade, enfatizou-se os problemas relativos à não transferência dos recursos provenientes da cobrança no estado de Minas Gerais às entidades equiparadas à agência de bacia, dizendo que o assunto estava sendo tratado a nível judicial.

O plenário aprovou a Resolução, por maioria dos votos:

Votos a favor: ampla maioria

Votos contra: 0

Abstenções: 7

4.3 Aprova a atualização dos valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, e dá outras providências. Encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança-CTCOB.

Ivens de Oliveira (diretor administrativo e financeiro da agência das bacias PCJ) explicou o mecanismo utilizado para cálculo dos valores da cobrança, e Lívia Soalheiro e Romano (presidente da CTCOB) complementou a fala dizendo como foi o processo de aprovação pela CTCOB.

O plenário aprovou a Resolução, por maioria dos votos:

Votos a favor: ampla maioria

Votos contra: 2

Abstenções: 5

4.4 Delega competência à Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas - ABHA Gestão de Águas, para desempenhar as funções de Agência de Água do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. Encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais-CTIL.

Adriana de Fátima Lustosa da Costa (presidente da CTIL) apresentou o processo de análise da CTIL do pleito de delegação de competência à Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas - ABHA Gestão de Águas, para desempenhar as funções de Agência de Água do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. Após sua fala,



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
SEPN 505, Lote 2, Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar, sala 108, Brasília/DF, CEP: 70.730-542
Fone: (61) 2028-2076
E-mail: sec.executiva@cnrh.gov.br

Fabiano Chaves da Silva (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão) apresentou uma proposta de emenda à resolução, de modo que o CBH do Paranaíba apresente, até 10 de março de 2020, uma proposta de revisão dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de sua área de atuação, com vistas a assegurar a viabilidade financeira da entidade delegatária. Ao final, Marco Antônio Amorim (ANA) contextualizou a necessidade de revisão dos valores à luz das manifestações técnicas exaradas pela ANA em outros momentos.

O plenário aprovou a Resolução, por maioria dos votos, da seguinte forma:

Votos a favor da proposta de resolução: ampla maioria

Votos contra: 0

Abstenções: 2

Dando andamento, o plenário aprovou a inserção da emenda na Resolução, por maioria dos votos, da seguinte forma:

Votos a favor da proposta de emenda: ampla maioria

Votos contra: 0

Abstenções: 7

4.5 Estabelecer a composição da Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o mandato em curso do Colegiado. Encaminhada pela Secretaria Executiva do CNRH.

Júlio Thadeu Kettelhut (MMA) explicou as competências e funcionamento da Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e solicitou candidatos à sua composição. Apresentaram-se dois candidatos para a vaga do seguimento das organizações civis de recursos hídricos: Thereza Christina da Silva Pereira Castro (ONGs) e Jefferson Nascimento de Oliveira (OPEP). Realizou-se, então, votação para a escolha do representante, sendo eleito o Jefferson de Oliveira para esta vaga.

Ao final, ficou assim definida a composição da comissão:

I - Titulares:

a) Jefferson Nascimento de Oliveira (organizações civis de recursos hídricos), eleito presidente da Comissão;

b) José Mairton Figueiredo de França (Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos);

c) Gustavo Sartori Pottker (Governo Federal)

II - Suplente:

a) Ubiratan Pereira da Silva (usuários de recursos hídricos)

5. Deliberação sobre propostas de Moções que:

5.1 Recomenda a não aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei n. 86/2015 (PLS



2988/2015), que altera a Lei n. 9.433/1997, para incluir a revitalização de bacias hidrográficas entre seus instrumentos”, Processo 02000.000443/2015-11. Encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais-CTIL.

Adriana Lustosa (presidente da CTIL) e Júlio Thadeu Kettelhut (MMA) contextualizaram a proposta de moção, argumentando que a revitalização de bacias hidrográficas não pode ser considerada um instrumento da política de recursos hídricos, pois trata-se de uma ação presente nos planos de recursos hídricos. Alberto Flávio Pêgo e Silva (CERH-ES) manifestou-se dizendo que, apesar do projeto de lei ser tecnicamente errado, seu mérito é válido e que por isso valeria uma aproximação do CNRH junto ao parlamentar que apresentou a proposta.

O plenário aprovou a Moção, por maioria dos votos:

Votos a favor: ampla maioria

Votos contra: 0

Abstenções: 1

5.2 Recomenda a não aprovação da Medida Provisória n. 844, de 6 de julho de 2018. Encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais-CTIL.

Adriana Lustosa (presidente da CTIL) mencionou que a proposta de moção foi encaminhada pelas ONGs e a CTIL não foi unânime pela sua aprovação. Nesse momento, Sérgio Brasil Abreu (Ministério das Cidades) passou a palavra para Marcelo de Paula Neves Lelis (Diretor de Planejamento e Regulação - MCidades), que se manifestou explicitando os avanços que a Medida Provisória apresentava, mas que, no âmbito do governo federal, ainda ocorrem discussões para seu aperfeiçoamento. Na sequência, Sérgio Brasil Abreu pediu vistas à moção.

Diante do pedido de vistas, Júlio Thadeu Kettelhut (MMA) explicou que o tema deverá voltar à pauta da próxima reunião do CNRH e que o Ministério das Cidades deverá apresentar, até o dia 17 de novembro, as justificativas para o pedido de vistas.

5.3 Recomenda o adimplemento e a regularização das transferências provenientes das receitas da cobrança pelo uso de recursos hídricos no Estado de Minas Gerais para as entidades equiparadas à Agência de Bacia Hidrográfica, bem como o aprimoramento da legislação pertinente. Encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança-CTCOB.

Lívia Soalheiro e Romano (presidente da CTCOB) explicou a proposta e contextualizou a situação de Minas Gerais quanto à falta de repasse dos recursos da cobrança às entidades delegatárias.

O plenário aprovou a Moção, por maioria dos votos:

Votos a favor: ampla maioria

Votos contra: 0

Abstenções: 3

5.4 Recomenda a implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo. Encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança-CTCOB.

Lívia Soalheiro e Romano (presidente da CTCOB) explicou a proposta de moção e reportou as dificuldades enfrentadas para se debater o tema “cobrança” no estado do Espírito Santo. Alberto Flávio Pêgo e Silva (CERH-ES) disse que o tema é delicado politicamente, mas que



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
SEPN 505, Lote 2, Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar, sala 108, Brasília/DF, CEP: 70.730-542
Fone: (61) 2028-2076
E-mail: sec.executiva@cnrh.gov.br

estão tecendo esforços para sua implementação no Estado.

O plenário aprovou a Moção, por maioria dos votos:

Votos a favor: ampla maioria

Votos contra: 0

Abstenções: 3

6. Assuntos Gerais.

A Secretaria Executiva do CNRH reportou que a Resolução aprovada em 2017 pelo CNRH, que define mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União existentes em áreas inseridas em Unidades Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos, foi questionada pela consultoria jurídica do MMA, e por isso somente agora seria assinada pelo Ministro do Meio Ambiente e seguiria para publicação no DOU. Nesse momento, Livia Soalheiro e Romano (presidente da CTCOB) e João Fernandes da Silva (CERH-PB) argumentaram que a Conjur não deve avaliar tecnicamente as resoluções do Conselho. Júlio Thadeu Kettelhut (MMA) mencionou que as manifestações da Conjur devem ater-se às análises jurídicas, e que qualquer alteração de mérito sugerida ensejaria a volta do documento ao CNRH para deliberação.

7. Encerramento.

Concluídos os informes, Júlio Thadeu Kettelhut (MMA) agradeceu a presença dos conselheiros, dos presidentes de câmaras técnicas e demais convidados, e declarou encerrada a 41ª Reunião Extraordinária da CNRH.

Ata (transcrição e síntese dos resultados) aprovada na 41ª Reunião Ordinária do CNRH, em 18.12.2018